DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 7962/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/17956/2014
PROTOCOLO	: 1560264
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ
JURISDICIONADO	: MARCELO PIMENTEL DUAILIBI
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2014
RELATOR (A)	: CONS. RONALDO CHADID
VALOR	R$ 48.314,00

Em exame o procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 40/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 132/2014 celebrado entre o Município de Camapuã e a microempresa individual Lúcia Alves Rodrigues, visando à contratação de empresa para o fornecimento de refeições e marmitex, em atendimento as secretarias municipais, no valor inicial da contratação de R$ 48.314,00 (quarenta e oito mil trezentos e quatorze reais).

Encaminhados os documentos, a 5ª ICE (ANA-5ICE-1021/2015 – f. 127/130) constatou que o presente processo se encontra em consonância com as normas de licitações e contratações públicas.

O Ministério Público, por sua vez, opinou pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização contratual, conforme parecer acostado à f. 131 (PAR-MPC-GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO-11678/2015).

É o relatório.

Das razões de decidir.

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório– Pregão Presencial nº 40/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 132/2014 celebrado entre o Município de Camapuã e a microempresa individual Lúcia Alves Rodrigues.

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, pedido de reserva orçamentaria, nota de empenho, a indicação do objeto e valor estimado acompanhado da pesquisa de mercado, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, publicação do resultado da licitação, decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer técnico ou jurídico, atas, relató-

rios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo nº 132/2014 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas. Bem como, o extrato do contrato fora publicado e emitida a respectiva nota de empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada aos autos que o procedimento licitatório - Pregão Presencial nº. 40/2014 e o Contrato Administrativo firmado sob nº 132/2014 foram realizadas de acordo com a Lei 10.520/02 e 8.666/93.

Dessa forma, tenho como suficientes as razões expostas pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, sob o fundamento do art. 120, inc. I e II, da RNTC/MS nº 76/2013, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** *do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 40/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 132/2014,* celebrado entre o Município de Camapuã e a microempresa individual Lúcia Alves Rodrigues, de acordo com o previsto nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

É a decisão.

Após, remeta-se à 5ª ICE para análise da execução financeira do contrato.

Campo Grande, 21 de outubro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA